

## SUBVERSIVOS DAS GERAIS: UMA IGREJA INVESTIGADA

Raquel Marques Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** *Muito se fala sobre o apoio do clero ao golpe civil militar, sendo a realização das Marchas da Família com Deus, uma grande expressão da legitimação religiosa a tomada de poder pelos militares. Ao falarmos sobre a atuação cristã dentro do campo político brasileiro, precisamos quebrar a ideia de um bloco hegemônico dentro da Igreja. Embora podemos notar um crescente avanço dos setores progressistas, sobretudo após o Concílio do Vaticano II, precisamos pensar na existência de um conflito no seio do consenso da religião, que é sempre dividido pela história entre conservadores e progressistas. Por isso, encontramos uma significativa parcela do clero posicionando-se contra o regime e abrindo as portas das igrejas e congregações para os movimentos sociais. O presente trabalho, tem como objetivo, fazer uma breve análise das ações dos religiosos atuantes no estado de Minas Gerais. Para isso, analisamos obras autobiográficas, depoimentos orais, parte do acervo filmográfico do Museu da Imagem e do Som - BH e arquivos de investigações da Polícia Política Mineira, presentes no Arquivo Público Mineiro. O período compreendido entre 1964-1988, é marcado na história por diversas disputas de memória, sobre os acontecimentos envolvendo o golpe civil militar, gerando ainda vários debates na nossa sociedade. Se por um lado, temos um esquecimento das memórias dos vencedores, enquanto há uma pluralidade de memórias dos vencidos, por outro, a memória dos vencedores, ou daqueles que resistiram ao golpe, é fortemente marcada pelo eixo Rio-São Paulo, centros onde concentram-se grande parte dos estudos historiográficos sobre o período. O levantamento das fontes utilizadas nesse trabalho, foi realizado durante as pesquisas para a Comissão da Verdade da em Minas Gerais, para detalharmos casos de perseguição as igrejas e religiosos. A parcela do clero progressista aqui estudada, sofreu investigações e perseguições, além de ter sido considerada subversiva. No campo político, a importância desses religiosos é dada pela oposição contra a ditadura denúncia das arbitrariedades, torturas e pela importante voz a busca pelos direitos humanos. Trabalhos como o da Comissão da Verdade, são de extrema importância para o processo de justiça e reparação e para a constituição de memórias plurais sobre a resistência ao regime militar.*

**Palavras-chave:** *Igreja Católica; ditadura; golpe militar; DOPS; Minas Gerais.*

Muito se fala sobre o apoio do clero ao golpe civil militar, sendo a realização das Marchas da Família com Deus, uma grande expressão da legitimação religiosa a tomada de poder pelos militares. Entretanto uma significativa parcela do clero posicionou-se contra o regime e abriu as portas das igrejas e congregações para os movimentos sociais. O contexto pré golpe, é marcado por diversas mudanças na sociedade brasileira. No campo religioso, a partir da década de 1950, a Igreja Católica vai promovendo grupos que visavam a promoção de leigos dentro da igreja e da sociedade. Os grupos intitulados Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), possibilitaram a participação dos leigos, levando para dentro das igrejas as suas vivências. Amadurecendo assim, as visões possíveis do evangelho e possibilitando a busca por uma sociedade mais justa.

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Experiência de pesquisa nas esquerdas católicas e teologia da libertação. E-mail: rms.raquel.marques@gmail.com

É na década de 60 que se iniciam grandes mudanças dentro da JUC. O movimento fundado na década de 50, tinha o intuito de representar a igreja no seio universitário, “se opondo ao mundo moderno e procurando restaurar a ordem desejada por Deus”, insistindo inclusive não caráter não político da organização (SOUZA, 1984, p. 102). Em um novo contexto, durante o Congresso Interamericano de 10 anos, os ideais da JUC de Belo Horizonte, começam a ser mais difundidos para as demais regiões. Para Souza, o fato desses jucistas pertencerem a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez com que eles apresentassem um “ideal histórico [...] para o campo social e político utilizando os princípios da doutrina social cristã” (SOUZA, 1984, p. 169). Nesse mesmo ano, muitos membros da JUC já posicionados mais à esquerda, possibilitaram a vitória da cúpula conhecida como “grupão”, onde estavam alinhados diversas correntes da esquerda. Dessa forma, conseguiram impedir a chegada de grupos católicos radicais a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) (MARTINS FILHO, 2007). Ainda assim, a JUC tenta manter o seu caráter não político, fazendo com que Aldo Arantes, eleito em 1961, a presidência da UNE, precisasse escolher apenas uma das organizações, deixando assim a JUC.

Ainda na década de 60, João XXIII é eleito o novo papa. As preocupações da Igreja com o social, tornam-se maiores, abrindo espaço para novas doutrinas. As encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) foram primordiais para a renovação do catolicismo. Essas encíclicas se preocupavam com o direito a uma vida digna para todos. As juventudes católicas, tinham como pilar os princípios de “ver, julgar e agir”, um lema que ao exigir práxis dos seus membros, possibilitou e até mesmo influenciou a aproximação dos mesmos à grupos e organizações políticas. A última dessas encíclicas, publicada durante o Conselho da JUC em Natal entusiasmou muito os jovens, que haviam encontrado aprovação para várias de suas afirmações feitas anteriormente. Para Luiz de Souza, as aberturas religiosas para a política social juntamente com o contexto de efervescência política fizeram com que “uma inserção numa prática religiosa fosse levando a descobertas das exigências de um engajamento social e de uma prática política, o que deu como resultado uma revisão crítica da própria prática religiosa”.

O período compreendido entre 1964-1988, é marcado na história por diversas disputas de memória, sobre os acontecimentos envolvendo o golpe civil militar, gerando ainda vários debates na nossa sociedade. Se por um lado, temos um esquecimento das memórias dos vencedores, enquanto há uma pluralidade de memórias dos vencidos (ROLLEMBERG, 2014, p.191), por outro, a memória dos vencedores, ou daqueles que resistiram ao golpe, é fortemente marcada pelo eixo Rio-São Paulo, centros onde concentram-se grande parte dos estudos historiográficos sobre o período militar. Ao falarmos sobre a atuação cristã, precisamos quebrar a ideia de um bloco hegemônico dentro da Igreja. Embora podemos notar um crescente avanço dos setores progressistas, precisamos pensar em conflito no seio do consenso da religião (POULAT, 1977, p.59), que é sempre dividido pela história entre conservadores e progressistas. Os primeiros apoiaram e até mesmo clamaram pelo golpe, em nome da “defesa da ordem” e contra o comunismo ateu (MOTTA, 2002), saíram em marcha por todo país, nas chamadas Marcha da Família com Deus, destacando-se figuras como D. Sigaud,

bispo de Diamantina, grande defensor do movimento Tradição Família e Propriedade<sup>2</sup>. Já o setor progressista é apontado pela historiografia como religiosos preocupados em denunciar as injustiças e torturas vigentes no período, destacando figuras como D. Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns e D. Pedro Casadálga. Nesse setor, também aparecem os religiosos mais engajados com as esquerdas, os frades dominicanos aliados a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo de Carlos Marighella, que visava promover a guerrilha urbana. Deste grupo destacam-se frei Betto e frei Tito, perseguidos, presos e torturados. As torturas e o dia a dia na prisão, são narrados por Frei Betto, nos livros *Batismo de Sangue*<sup>3</sup> e *Cartas da prisão*<sup>4</sup>. O trabalho na Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), buscou então, apontar religiosos até agora poucos pesquisados, que atuaram na resistência contra o governo militar e foram perseguidos e investigados pelas forças repressoras. Esse trabalho, bastante dificultado pela transição lenta, gradual e segura feita no Brasil, criada a partir de pactos e alianças, é uma tentativa de dar voz a aqueles resistentes silenciados.

[...] a transição política que o país viveu não contemplou os aspectos que uma Comissão da Verdade suscita: não revelou, não nomeou, não respondeu às inúmeras demandas das vítimas [...] não responsabilizou ninguém. [...] A Comissão da verdade no Brasil, portanto, ao questionar o passado, estará também questionando o presente. (ARAÚJO, 2012, p.157)

Com o golpe consolidado, inicia-se a chamada “Operação Limpeza”, prendendo figuras consideradas comunistas e perigosas para o país. Uma dessas figuras, foi o ex sacerdote mineiro Francisco Lage Pessoa. Preso em Brasília no dia 10 de abril, o padre Lage, um importante ícone da igreja mineira, engajado em greves e em movimentos por moradia. No período de sua prisão, Francisco Lage, havia requerido licença de suas atividades sacerdotais, para concorrer ao cargo de deputado federal, pelo PDT, a convite do senador Camilo Nogueira. Sua prisão esteve relacionada a sua aproximação com João Goulart, tendo viajado sob o comando deste para atuar nas criações de sindicatos rurais. Padre Lage foi interrogado pela primeira vez, no quartel da polícia do exército e posteriormente levado ao seu apartamento em escolta comandada pelo capitão José Areia. Ali foi despido e viu boa parte da sua mobília ser destruída, por não ter a chave do cofre do apartamento. Procuraram provas para incriminá-lo como corrupto ou comunista. Para servir de evidências, foram recolhidos alguns livros em seu apartamento, entre eles *A prostituição no Brasil*<sup>5</sup>, visavam provar que o padre também se envolvia com meretrício (PESSOA, 1988, p. 139). No terceiro dia de cárcere, foi

2 Movimento católico contrarreformas, presidido por Plínio Corrêa de Oliveira. Consideravam as reformas de João Goulart de caráter confiscatórias, socialistas e anticristãs.

3 Primeira edição lançada em 1983.

4 A primeira versão do livro foi lançada na Itália em 1971. É lançado no Brasil em 1973 uma nova versão contendo cartas escritas por frei Betto do período de 1969-1973

5 Autoria do Padre Barruel de La Genest.

entregue a oficiais da PM mineira que estavam acampados em Brasília. Foi ameaçado durante todo percurso de sua transferência para a capital mineira. No DOPS, foi despido várias vezes e submetido ao “corredor polonês”, sua cela recebia diariamente a visita de um policial chamado Frederico e em cada dia escolhia um dos presos para surrar. Viu-se desamparado por alguns setores da Igreja, sendo Dom Sigaud, na edição mineira da Marcha da Família com Deus, solicitante ao governo ditatorial, de execução “em nome de Deus” de 20 lideranças consideradas comunistas, entre elas o padre Lage. Na prisão, tomou conhecimento desse fato, quando um soldado levou o Estado de Minas para o DOPS e bradou “O padre Lage vai ser fuzilado” (PESSOA, 1988, p. 147).

O inquérito policial<sup>6</sup> do padre Lage, abrange 4 itens, o primeiro apura os anos compreendidos entre 1948 e 1963, incluindo sua atuação na Vila dos Marmiteiros e participações em movimentos grevistas. Os itens, dois e três tratam dos valores recebidos pelo padre entre 1963 e 1964, tanto pela Superintendência da Política Agrária (SUPRA), quanto pela Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSR), ambos considerados manipulados pelo indiciado. Já o quarto item, trata das atividades políticas de Lage, apontando um suposto apoio ao governo castrista e atuação pública na SUPRA. Acusaram-no também, de ter ligações com Brizola e Luis Carlos Prestes, estando sempre no meio de comunistas e em atividades tidas subversivas. Todos esses itens, concluem que o padre Francisco Lage infringiu a lei de Segurança Nacional, tendo assim seus direitos políticos cassados e sendo preso preventivamente. Em depoimento datado 27/04/1964 no quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/BH), Francisco Lage alega ter cumprido o seu dever como vigário, considerando uma obrigação renunciar a paróquia do bairro Floresta para abraçar a vida pública, participando ativamente do movimento dos favelados e evitando despejos, criando a Associação de Defesa Coletiva. Alegou também ter participado de vários movimentos grevistas, anteriores ao regime militar, sendo para ele uma obrigação estar com os pobres e chama-los a fé. Considerou que por essas ações, foi muitas vezes acusado de comunista. Confirmou ter sido convidado por João Goulart para participar do Departamento de Promoção e Organização Rural, não tendo ficado no mesmo pois o PSD visava a nomeação de outro. Foi indicado para trabalhar na sindicalização rural e lhe é perguntando sobre verbas e quantias para a realização dos trabalhos. Dizendo nada saber sobre verbas, conta ter sido perseguido por fazendeiros e ter sido ameaçado em várias cidades, inclusive em Governador Valadares onde algumas mulheres ameaçaram retalhar sua batina. Afirmou não ser marxista, considerando essa doutrina inadmissível. Acusou João Goulart de covarde, tendo o deixado a própria sorte. Também denunciou a sua prisão como ilegal e queixou-se da brutalidade em que foi tratado em Brasília, sendo torturado mentalmente.<sup>7</sup> Nessa mesma pasta, encontramos vários recortes de jornais, que nos permitem saber que o padre ficou preso 390 dias em Juiz de Fora, sendo 15 totalmente incomunicável. Devido a problemas cardíacos, foi transferido para o Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro, onde tentou fugir. Foi solto graças ao habeas corpus,

6 Disponível em < <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0173> >último acesso 10/07/2017

7 Cf. <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0173>>. Último acesso: 10/07/2017.

concedido pelo Supremo Tribunal Federal, e regressou a Belo Horizonte, onde se hospedou em casa de familiares. Realizou sua primeira missa em liberdade, na igreja de Santo Afonso. O medo de uma nova prisão, fez com que Lage, comesse a arquitetar planos para exilar-se. É na embaixada do México que faz um acordo, podendo viajar apenas quando o inquérito fosse concluído. Condenado então, a 28 anos de prisão, pelo crime de “ter tentando a preção de dinheiro, entregar o Brasil de João Goulart ao Vietnã”, abrigou-se na embaixada do referido país na cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu por quase dois meses, embarcando somente em dezembro de 1965 (PESSOA, 1988, p. 175).

O Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o padre Francisco Lage, foi o primeiro de muitos, entre os religiosos de Minas Gerais. Ao todo, encontramos, apenas investigando os arquivos disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro sessenta religiosos, alguns investigados, por mais de um motivo. Em um desses casos, temos o exemplo do Frei André Muniz de Rezende, que aparece citado em 3 investigações. A primeira dela, nos permite ver uma aproximação do clero com o movimento estudantil, e as duas últimas estão relacionadas ao fato do Frei André ter redigido a chamada Declaração dos Padres, um documento que trataremos mais a diante. Frei André, foi chamado para prestar depoimento em setembro de 1966, por ter permitido como Superior do Convento dos Dominicanos, a hospedagem no convento, de estudantes participantes do XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes. Esse congresso ocorreu clandestinamente nos porões da Igreja São Francisco de Chagas, no bairro Carlos Prates em Belo Horizonte. Os estudantes estavam munidos de senha e contrassenha quando um afirmava que “O maior Papa da história foi João XXIII” o outro deveria responder “Não, foi Paulo VI”. Em seu depoimento<sup>8</sup>, Frei André alega ter descoberto que o governo se posicionava contrário a realização do congresso somente após a partida dos estudantes. Podemos notar então, que igrejas mineiras foram importantes pontos de apoio aos movimentos sociais e aos militantes que buscavam auxílio. Frei Cláudio, em entrevista<sup>9</sup> apontou diversas atividades na Igreja do Carmo em Belo Horizonte, sendo

muito aberta ao pessoal da JIC, da JOC, da JUC, todo mundo [...]. Nós não éramos tão visados, no começo, como os dominicanos. Então, muita reunião acontecia aqui, de grupos que eram visados e que não tinham espaço. Então, nós aqui abríamos a casa, que era muito grande.

É imprescindível para esse trabalho, refletirmos acerca dos desdobramentos do golpe civil militar, a partir do ano de 1968. A promulgação de atos institucionais e o endurecimento cada vez maior do regime, fizeram com que parcela da população, antes favorável ao golpe, comesse a questionar com mais afinco os rumos do governo militar. A morte do estudante secundarista Edson Luís, em março de 1968, gerou uma onda de insatisfação popular. O

8 Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=0833> último acesso em 10/07/2017

9 Essa entrevista foi realizada pelo Programa de História Oral da UFMG em 06/01/1995. Entrevistador: Sérgio Ricardo da Mata. As referências ao Frei Cláudio nesse artigo foram todas retiradas da transcrição da mesma.

jovem estava próximo ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro e foi assassinado durante uma ação repressiva da Polícia Militar. Esse fato culminou em uma onda de protestos em todo o território brasileiro, incluindo a Passeata dos Cem Mil. Em Belo Horizonte, a manifestação foi marcada para o dia 1º de abril, dia marcado pelas disputas de memória em relação ao golpe, em frente a Igreja São José. No arquivo do DOPS, encontramos informes a cerca desse ato

[...] o Padre da Igreja Santo Afonso fez distribuir, na missa das 10:00 horas, um volante mimeografado, com os seguintes dizeres: - AO POVO – Quinta feira feira um estudante foi fuzilado [...]. Fatos como este tem-se repetido. Isso porque, há 4 anos foi instalado no Brasil uma ditadura militar. Estudantes são espancados, sindicatos estão sob intervenção [...] o próprio clero é perseguido. E frente a isto o que acontece? Silêncio. Precisamos quebrar este silêncio. Os estudantes convidam toda a população para participar da concentração de protesto [...].

Outra expressão de indignação decorrente o assassinato de Edson Luís, foi feita através de um documento intitulado Declaração dos Padres, redigido pelos religiosos Antônio Muniz de Rezende (Frei André), Hugo Lucena Lopes (Frei Elizeu) e Frederico Ozanam Pereira. A declaração foi assinada por trinta e quatro religiosos, a maioria atuante no estado de Minas Gerais e circulou no dia seguinte após a morte do estudante. O documento denunciava a violência militar e o apoio governamental por trás dessa, que utilizava de forças descabidas, contra estudantes. Além do repúdio a violência, a declaração dos padres, demonstra a aproximação cada vez maior, de setores progressistas da igreja com o movimento estudantil. Após o AI-5, todos os religiosos assinantes foram enquadrados na lei de Segurança Nacional, passando a ser alvo de investigações constantes. Foram julgados e absolvidos somente em 1973.

Ainda em 1968, a Igreja mineira é novamente atingida com a prisão de padres. Dessa vez, no dia 28 de novembro, foram detidos, os padres de nacionalidade francesa Michel Le Ven, Xavier Berthou e Hervé Croguennec, juntamente com o diácono brasileiro José Geraldo da Cruz. Essas prisões, recebem muito destaque na mídia nacional e internacional, gerando também entraves entre o consulado francês, a igreja católica e o governo brasileiro. Ao contrário do que aconteceu com o padre Lage, esses padres foram muito mais amparados pela Igreja Católica e o clero mineiro. Segundo Frei Cláudio Van Balen, o clero mineiro incitou o bispo D. João de Resende Costa, a tomar fazer declarações repudiando o fato. O clero internacional também se mobiliza, tendo o próprio papa Paulo VI, comovendo-se com a situação e encaminhando até eles uma carta e uma cesta de natal (VEM, 2015, p. 36).

Essas prisões foram motivadas, por receio da atuação dos padres junto com a comunidade operária de Belo Horizonte e campesina da região de Eugenópolis, zona da mata mineira. Nos laudos da investigação podemos notar, que Michel Le Ven, viajava constantemente para a região, auxiliando o seu amigo e também francês Padre Gwenael, a formar comunidades eclesiais de base. Gwenael, havia sido paraquedista do exército francês, aumentando as

suspeitas dos militares, que imaginaram que ambos os padres pudessem estar arquitetando um movimento guerrilheiro na região. Michel ainda considera, que ele era o alvo, mas seus colegas foram detidos por estarem o acompanhando na ocasião da detenção.

As prisões ocorridas no XXX congresso da UNE, em Ibiúna – SP, seguidas pelas prisões dos padres do Horto, já mencionadas nesse trabalho, colocam outras figuras religiosas como alvo de investigações realizadas pela polícia política e o Serviço Nacional de Inteligência. Um IPM intitulado Diocese de Itabira<sup>10</sup>, é aberto em 1970, para averiguar supostas atividades subversivas na região. No processo, consta que o inquérito aberto para averiguar as atividades de Ibiúna, encontrou diversas ligações do clero mineiro a atividades consideradas subversivas, possibilitando a abertura de outros 5 IPM's<sup>11</sup>. O inquérito aborda diversas atividades dos religiosos da religião, entre elas a publicação do artigo *Independência ou Morte???* publicado em 07/09/1969 pelo jornal *O Fato*, um semanário feito pela iniciativa das Comunidades do Horto de Ipatinga, Cariru, Coronel Fabriciano e outras da região do Vale do Aço, o artigo é apontando como uma tentativa de esvaziar as comemorações da Semana da Independência. Os religiosos padre Cícero de Castro, padre José Valetim Bertollo, Padre Josheph Cornelius Maria de Man, padre José Nazareno Ataíde, o irmão da congregação de Nossa Senhora Mãe de Misericórdia Petrus Martinus, o padre Jorge Abdalla, o padre Ferreira Monção e o Padre Wilson Moreira, responsáveis pelo jornal e elaboração dos artigos, foram todos enquadrados no artigo 16 da Lei de Segurança Nacional indo a julgamento em 1972. O inquérito conta com depoimentos dos religiosos, moradores da região e recortes de jornais. Os relatórios dos encarregados das investigações, ainda apontam que enfrentaram complicações, impossibilitando a abertura do IPM no ano de 1969. Utilizam-se do atraso de quase um ano, para justificar o fato de não terem alcançado os resultados almejados, dando aos religiosos tempo de destruírem provas de outras possíveis atividades subversivas que realizavam. O promotor militar, Joaquim Simeão de Faria, alegou que o artigo, utilizava de trechos do hino nacional, indevidamente, além de questionar erroneamente a junta militar, que governava o país após o afastamento do General Costa e Silva. O artigo *Independência ou Morte???* aliado ao fato dos padres não terem tocado os sinos das igrejas durante as comemorações da Semana da Pátria, consistiam para os militares em provas em que os religiosos diminuía os ideais da “revolução” subvertendo a ordem pública. Levados a julgamento, foram absolvidos por unanimidade, o MPM recorre a decisão, mas tem o seu pedido negado pelo Supremo Tribunal Militar.

É comum observamos, na forma em que os religiosos respondiam os depoimentos, uma tentativa de mostrar aos agentes da polícia, que os motivos pelos quais estavam sendo inqueridos, eram apenas por falarem sobre religião. Frei Cláudio Van Balen, em um dos seus depoimentos disse “não sei nada do governo, não, eu só prego o Evangelho (risos). Não sei nada do governo, não entendo nada de política, não tem nada a ver.” Essa ocasião, fez parte de uma de “meia dúzias de vezes” que prestou depoimento no DOPS. O nome do frei, surgiu

10 Cf. <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0041&imagem=1728)>  
Acesso em 30/06/2017

11 Não conseguimos localizar os outros quatro.

com a prisão de Edésio Passos, militante da Ação Popular (AP). Edésio era um estudante, que Frei Cláudio, dialogava muito com o Frei André e o incentivava a se radicalizar ainda mais. Ao ser interrogado, Edésio informou ter realizado na Igreja do Carmo, o trabalho de impressão de um documento redigido pelos presos políticos na penitenciária de Linhares, o documento descrevia e denunciava as torturas sofridas ali. Ele e Frei Cláudio foram colocados frente a frente e enquanto Edésio Passos afirmava que as impressões foram feitas pelo Frei, o mesmo negava. A Igreja do Carmo, também produzia semanários, os agentes do DOPS, iam até a igreja e perguntavam quem produzia os folhetos que circulavam todo domingo. Era uma política desses religiosos que ninguém deveria assumir nada sozinho, então sempre respondiam que eram um conjunto de padres da igreja. Os agentes também o aconselhavam a não falar sobre liberdade e justiça. Frei Cláudio, foi um dos religiosos julgados por assinar a Declaração dos Padres. Ele e outros três companheiros da paróquia, precisavam viajar diversas vezes a Juiz de Fora, para prestarem depoimentos. Alega que sempre que precisavam ir, fechavam a igreja e colocavam faixas do lado de fora dizendo “Considerados subversivos os padres envolvidos no processo militar, não sei o que lá (sic), a igreja não podia funcionar. [...] Ficava tudo fechado, com faixas do lado de fora. Nós fazíamos isso só para provocar. [...] Para denunciar os bichos”.

As instituições católicas e seus membros se tornaram cada vez mais visados, reprimidos e violados, mas não deixaram de proteger a seus membros e abrigarem movimentos sociais. Em 1978, ocorreram dois ataques a bomba contra instituições religiosas. O primeiro deles foi no Colégio Santo Augustinho no momento em que acontecia uma noite de debates sobre direitos humanos. Essa noite de 11 de setembro também prestava solidariedade ao estudante Edval Nunes, conhecido como Cajá, preso no Recife acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Revolucionário. No dia seguinte o segundo atentado ocorreu na Igreja São Francisco de Chagas. Mesmo com ataques mais violentos, as igrejas continuaram abrigando atos de resistência. Cerca de um mês depois, no dia 12 de outubro, houve uma missa contra a ditadura Nicaraguense, em uma película encontrada no Museu da Imagem e do Som – BH, Frei Antônio declara em frente às câmeras da Rede Globo, uma forte apoiadora do golpe,

faz cinco meses que o Cajá foi preso e também esse ato é de solidariedade ao sofrimento do povo do país da Nicarágua. Então, a gente, por todos esses motivos, tá [sic] aqui em solidariedade, em espírito de oração, tentando denunciar essas invasões injustas que vivem todo o povo da América Latina, nesse processo de libertação e unidos em solidariedade em oração, tentando estar juntos com Deus e o povo oprimido.[...] A problemática do povo nicaraguense, é a mesma problemática de todo o povo da América Latina submetido a torturas, submetido a ditaduras, submetido a governos que não estão preocupados realmente com a libertação do povo. Então, se a igreja hoje se preocupa e se solidariza como povo da Nicarágua é porque essa é uma luta comum de todos aqueles que desejam e lutam pela justiça e



pela paz. É uma tarefa da igreja, denunciar tudo aquilo que é injusto [...] é uma tarefa da igreja [...] denunciar todo regime ditatorial, tudo aquilo que oprime, escraviza e marginaliza o homem.

Entretanto os atentados continuaram sendo a Igreja São José, pichada e depredada com frases ofensivas em maio de 1980. Além de dano ao patrimônio passaram a ser utilizados atentados e ações para manchar a integridade dos religiosos. Foi o caso de Antônio Haddad, pároco da Igreja da Boa Viagem. O referido padre, foi sequestrado, levado para o motel Playboy, despido e fotografado juntamente com uma mulher. Esse sequestro, ocorrido em 1982, um período considerado menos repressivo, foi apontado pelo padre Henrique Moura Faria como uma tentativa de “desmoraliza-lo; para que a Igreja fosse atacada[...]. Os militares faziam isso com muita gente, mas graças a Deus foi provado que tudo era mentira.” O padre Henrique, também salientou como eram os boatos espalhados na época com o intuito de manchar a imagem do padre Haddad: “ficava falando de política, contra o regime, mas ficava se prostituindo com as mulheres nos motéis” (FARIA, 2015, p. 62).

Podemos notar, através desses breves estudos de caso, um grande aparato de investigações envolvendo setores do clero mineiro, possibilitando romper, com a imagem de Minas Gerais, ser um local completamente conservador. Esse clero, que muitas das vezes estava preocupado em exaltar e colocar em prática visões religiosas, se aproximaram cada vez mais de setores das esquerdas políticas em nome da justiça e da liberdade.

## REFERÊNCIAS:

- FARIA, Henrique Moura. A Igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson (Org). 50 Anos do Golpe Civil-Militar. A Igreja e a universidade. *Cadernos Temáticos* nº4. Belo Horizonte. FUMAC. 2015.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.183-198.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Segundo grande surto anticomunista: 1961-1964. In: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. p. 231-278.
- PESSOA, Francisco Lage. *O Padre do Diabo*. São Paulo. EMW Editores. 1988.
- POULAT, Émile. *Igreja contra burguesia*. 1977.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). *O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdfuScar, 2014. p.191.
- SOUZA, Luiz Aberto Gómez de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis. Vozes. 1984.
- VEN, Michel Le. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça! In: SÁVIO, Robson (Org), 50 Anos do Golpe Civil-Militar. A Igreja e a universidade. *Cadernos Temáticos* nº4. Belo Horizonte. FUMAC. 2015 p. 36